

**SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2018**

**(NÃO AUDITADAS)**



**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

## Índice

Balancos patrimoniais	2
Demonstração das sobras	3
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis	6
3 Caixa e equivalentes de caixa	9
4 Títulos e valores mobiliários	9
5 Relações interfinanceiras	10
6 Operações de crédito	11
7 Créditos Cedidos	14
8 Outros Créditos	14
9 Outros bens e valores a receber	15
10 Investimentos	16
11 Imobilizado	16
12 Intangível	17
13 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso	17
14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	17
15 Obrigações por empréstimos e repasses	18
16 Obrigações sociais e estatutárias	20
17 Obrigações fiscais e previdenciárias	20
18 Outras obrigações	21
19 Provisões para contingências	21
20 Patrimônio líquido	22
21 Outros dispêndios administrativos	24
22 Outros ingressos operacionais	24
23 Outros dispêndios operacionais	24
24 Partes relacionadas	24
25 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	25
26 Instrumentos financeiros	26
27 Gerenciamento de riscos	27
28 Garantias	29
29 Cobertura de seguros	29

**Balancos patrimoniais em 30 de junho**  
Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	3	8.110	6.153	Depósitos à vista, à prazo e sob aviso	13	1.348.078	1.056.143
Títulos e valores mobiliários	4	807.099	822.471	Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	14	424.104	380.955
Relações interfinanceiras	5	20.386	25.863	Relações de interdependência	5		6
Operações de crédito	6	897.130	905.251	Obrigações por empréstimos e repasses	15	412.880	560.518
Operações Cedidas	7	10.238	23.434	Obrigações sociais e estatutárias	16	14.112	9.990
Outros créditos	8	31.820	26.619	Obrigações fiscais e previdenciárias	17	1.649	2.212
Outros bens e valores a receber	9	173	134	Obrigações por operações vinculadas a cessão	7	10.317	23.728
		<u>1.774.957</u>	<u>1.809.925</u>	Outras obrigações	18	28.109	34.033
						<u>2.239.254</u>	<u>2.067.585</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Exigível a longo prazo</b>			
Títulos e valores mobiliários	4	102.538	65.986	Obrigações por empréstimos e repasses	15	171.806	205.461
Operações de crédito	6	676.485	453.457	Obrigações sociais e estatutárias	16	1.725	1.764
Outros créditos	8	293.010	265.886	Outras obrigações	18	24	24
Outros bens e valores a receber	9	81.761	106.817	Provisões para contingências	19	183.683	160.138
		<u>1.153.794</u>	<u>892.145</u>			<u>357.238</u>	<u>367.387</u>
<b>Permanente</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>	20		
Investimentos	10	75.316	69.990	Capital social		274.031	250.202
Imobilizado	11	14.010	10.492	Reserva legal		125.314	104.005
Intangível	12	1.263	1.750	Sobras acumuladas		23.502	(4.878)
		<u>90.588</u>	<u>82.232</u>			<u>422.847</u>	<u>349.330</u>
<b>Total do Ativo</b>		<u><u>3.019.339</u></u>	<u><u>2.784.302</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>3.019.339</u></u>	<u><u>2.784.302</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das sobras ou perdas em 30 de junho**  
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ingressos da intermediação financeira</b>			
Operações de crédito		117.633	109.642
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		27.087	46.972
		<u>144.720</u>	<u>156.614</u>
<b>Dispêndios da intermediação financeira</b>			
Operações de captação no mercado		(43.448)	(64.894)
Operações de empréstimos e repasses		(25.641)	(35.408)
Provisões para perdas com operações de crédito e com outros créditos		(34.017)	(28.523)
		<u>(103.107)</u>	<u>(128.825)</u>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<u>41.613</u>	<u>27.789</u>
<b>Outros ingressos (dispêndios) operacionais</b>			
Ingressos de prestação de serviços		7.703	5.566
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26.2	(564)	240
Dispêndios de pessoal, honorários da administração e do Conselho Fiscal		(20.681)	(20.035)
Dispêndios tributários		(908)	(1.356)
Outros dispêndios administrativos	21	(21.297)	(19.485)
Outros ingressos operacionais	22	29.984	24.671
Outros dispêndios operacionais	23	(11.432)	(21.646)
		<u>(17.195)</u>	<u>(32.045)</u>
<b>Resultado operacional</b>		24.418	(4.256)
<b>Despesas não operacionais, líquidas</b>		<u>(94)</u>	<u>(61)</u>
<b>Sobras/ lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		24.324	(4.317)
Imposto de renda e contribuição social		(822)	(561)
<b>Sobras/ lucro líquido do semestre</b>		<u><u>23.502</u></u>	<u><u>(4.878)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho**  
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>		245.747	96.958	31.621	374.326
Destinação das sobras de 2016	20.3	9.242	7.048	(17.790)	(1.500)
Distribuição de sobras				(13.831)	(13.831)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		(4.787)			(4.787)
Sobras/perdas líquidas do semestre				(4.878)	(4.878)
<b>Em 30 de junho de 2017</b>		<u>250.202</u>	<u>104.005</u>	<u>(4.878)</u>	<u>349.330</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		260.111	106.438	34.922	401.471
Destinação das sobras de 2017	20.3	5.701	18.876	(24.577)	(10.345)
Distribuição de sobras				(10.345)	(10.345)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		8.219			8.219
Sobras/perdas líquidas do semestre				23.502	23.502
<b>Em 30 de junho de 2018</b>		<u>274.031</u>	<u>125.314</u>	<u>23.502</u>	<u>422.847</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho**  
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Sobras do semestre</b>		23.502	(4.878)
Ajustes			
Depreciação e amortização	21	1.979	1.857
Provisão para perda com operações de créditos e outros créditos	6, 8	34.017	28.523
Provisão para contingência		9.383	20.395
Ganhos na venda de bens não de uso próprio	22	(895)	(1.054)
Juros sobre a venda de bens não de uso próprio	22	(4.804)	(6.518)
Desvalorização de outros valores e bens		31	61
		<u>63.214</u>	<u>38.387</u>
Variações nos ativos e passivos			
Operações de crédito		(142.304)	(56.201)
Outros créditos		(5.365)	(3.061)
Depósitos judiciais		(6.073)	(14.211)
Outros bens e valores a receber		(7.509)	(37.262)
Títulos e valores mobiliários		26.843	72.771
Depósitos à vista, à prazo e sob aviso		211.338	(518)
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias		(1.851)	82.851
Obrigações por empréstimos e repasses		(108.416)	(53.087)
Relações de interdependência		(16)	4
Obrigações sociais e estatutárias		(627)	(235)
Outras obrigações		(30.738)	(23.535)
		<u>(1.503)</u>	<u>5.902</u>
<b>Caixa proveniente das operações</b>		(1.503)	5.902
Imposto de renda e contribuição social pagos		(822)	(561)
		<u>(2.325)</u>	<u>5.340</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<u>(2.325)</u>	<u>5.340</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aporte de capital em investimentos	10	(4.626)	(3.527)
Recebimentos de investimentos	22	4.398	4.093
Aquisições de ativo imobilizado		(1.835)	(3.033)
Aquisições de ativo intangível		(102)	(90)
		<u>(2.166)</u>	<u>(2.557)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<u>(2.166)</u>	<u>(2.557)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		8.219	(4.787)
Sobras distribuídas	20.3	(10.345)	(13.831)
		<u>(2.126)</u>	<u>(18.618)</u>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<u>(2.126)</u>	<u>(18.618)</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		(6.617)	(15.834)
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<u>35.113</u>	<u>47.850</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	3	<u>28.497</u>	<u>32.016</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito é uma cooperativa de crédito singular com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (Nota 25) e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB.

O Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Marília, Morro Agudo, Ocaucú, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporã, Embauba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaraci, Guariba, Guataparã, Herculândia, Iacri, Icém, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio de Mesquita, Lucélia, Luiz Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariápolis, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlândia, Oscar Bressane, Oswaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiróz, Quintana, Rinópolis, Sales de Oliveira, São José do Rio Preto, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Serra Azul, Taiaçu, Taiuva e Vista Alegre do Alto.

O Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; e
- (iii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Em 06 de abril de 2017 mediante assembleia geral extraordinária foi realizada reforma no estatuto social da cooperativa possibilitando a livre admissão, ou seja, a admissão de qualquer pessoa em seu quadro de associados, além da alteração de sua denominação social, de Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista para Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovadas pela administração em 25 de julho de 2018.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

### 2.2 Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

#### 2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais 90 dias de vencimento e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 2.2.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068/01, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

#### 2.2.3 Operações de crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

#### 2.2.4 Investimentos

Os investimentos são avaliados ao método do custo de aquisição.

#### 2.2.5 Imobilizado

Móveis e utensílios, equipamentos, sistemas de comunicação, equipamentos de processamento de dados e outros, são demonstrados pelo custo de aquisição. As imobilizações em andamento são registradas pelos custos já incorridos.



## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em "despesas não operacionais, líquidas".

### 2.2.6 Intangível - Softwares

Os valores registrados no ativo intangível se referem a softwares amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

### 2.2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

### 2.2.8 Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos (à vista, a prazo e sob aviso) e os recursos de aceites cambiais e letras imobiliária estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

### 2.2.9 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e repasses tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

### 2.2.10 Provisão para contingências

Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Cooperativa, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.535, revogada pela Resolução CMN nº 3.823.

### 2.2.11 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

### 2.2.12 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

### 2.2.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda e para a contribuição social, conforme disposto na legislação (Lei 5.764/71, nos artigos 85, 86, 88 e 111).

O resultado apurado em operações realizadas com atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, é isento de tributação, conforme dispõe o Regulamento de Imposto de Renda (Decreto-lei 3.000/99).

## 3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	8.110	6.153
Relações interfinanceiras (Nota 5)	<u>20.386</u>	<u>25.863</u>
	<u>28.497</u>	<u>32.016</u>

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.2.1).

## 4 Títulos e valores mobiliários

<u>Modalidade</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Títulos de renda fixa (i)	106.411	255.451
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (ii)	584.612	428.820
Cotas de fundo de investimento (iii)	3.963	51.861
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.278	11.606
Certificados de Recebíveis Imobiliários (iv)	1.307	1.203
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (v)	97.573	57.311
Cotas de Fundo Multimercado (vi)	110.494	52.205
Cotas de Fundo Direitos Creditórios	<u>30.000</u>	<u>30.000</u>
	909.637	888.457
Ativo circulante	<u>807.099</u>	<u>822.471</u>
Realizável a longo prazo	<u>102.538</u>	<u>65.986</u>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(i) Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, realizadas no BANCOOB e em bancos de primeira linha.

(ii) Os Recibos de Depósito Cooperativos - RDC referem-se substancialmente a aplicações financeiras mantidas no Sicoob São Paulo (Nota 25.2).

(iii) As Cotas de fundo de investimento referem-se a aplicações financeiras realizadas no BANCOOB e em bancos de primeira linha.

(iv) Os Certificados de Recebíveis Imobiliário – CRI referem-se à cessão de crédito de Cédulas de crédito Bancário – CCBs, líquido das parcelas recebidas.

(v) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA referem-se à cessão de crédito de cédulas de produtos rural financeiro – CPRFs, líquido das parcelas recebidas.

(vi) O Fundo de investimento multimercado – FIM é um fundo exclusivo do Sicoob Cocred que investe, substancialmente, em um fundo de investimento em participações – FIP, que, por sua vez, investe em ações da Companhia Poá S.A. Essa companhia possui por propósito específico o planejamento, a promoção, o desenvolvimento, a venda e a entrega do empreendimento imobiliário, a ser desenvolvido na cidade de Ribeirão Preto. Essa estrutura foi criada pela Cooperativa com finalidade de viabilizar o processo de venda de bens não de uso próprio. A remuneração desse fundo ocorrerá com a valorização de suas quotas decorrente do resultado apurado na venda dos bens.

Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, no SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 30 de junho de 2018, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para 2024 (2017 - realização prevista substancialmente para 2018).

## 5 Relações interfinanceiras

<u>Modalidade</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta corrente	<u>20.386</u>	<u>25.863</u>

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do Sicoob SP, conforme definido na Resolução CMN 3.859, possuem liquidez imediata e remuneração de 95% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, os quais resultaram em 30 de junho de 2018, em ingressos no montante de R\$ 756 (2017 - R\$ 1.153), registrados em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 22).

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 6 Operações de crédito

#### 6.1 Composição da carteira por modalidade

<u>Modalidade</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamentos a depositantes	3.115	5.866
Cheque especial/ Conta garantida	108.841	78.221
Empréstimos e financiamentos	515.073	446.909
Títulos descontados	34.024	72.360
Financiamentos rurais próprios (i)	43.127	50.636
Financiamentos rurais demais (ii)	762.552	767.568
Renegociações (iii)	220.682	38.456
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.3)	(113.799)	(101.309)
	<u>1.573.614</u>	<u>1.358.708</u>
Ativo circulante	<u>897.130</u>	<u>905.251</u>
Realizável a longo prazo	<u>676.485</u>	<u>453.457</u>

(i) Incluem renegociações realizadas no período de 2000 a 2003, para o alongamento de dívidas de associados originadas na modalidade de crédito rural, realizadas com base no Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, no montante de R\$ 35.508 (2017 - R\$ 33.223). Essas operações são garantidas por Títulos do Tesouro Nacional de associados, com vencimento para 2020 a 2023, nas mesmas datas de vencimentos dos ativos.

(ii) Em julho de 2017 foi realizada a reclassificação contábil da carteira de crédito rural de acordo com as Cartas Circulares nº 3.767 e nº 3.797 do Banco Central do Brasil. Até a referida data, essas operações foram classificadas como "Financiamentos rurais aplicações obrigatórias" e "Financiamentos rurais de repasse".

(iii) Refere-se a composição de dívida, a prorrogação, novação ou concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior, de operações com a origem da carteira de empréstimo e crédito rural realizadas após a implantação do módulo repactuação de dívidas em dez/2016. A partir de tal data, as operações renegociadas passaram a ser classificadas em modalidade específica e não mais na modalidade da operação de crédito original antes da renegociação.

#### 6.2 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2018		248.306
2019	159.570	95.715
2020	249.378	44.921
2021	101.432	28.184
2022 a 2038	166.105	36.331
	<u>676.485</u>	<u>453.457</u>

**6.3 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	120.493	89.627
(-) Créditos baixados para prejuízo	(28.901)	(18.064)
Provisão constituída no semestre	22.208	29.746
Saldo final	<u>113.799</u>	<u>101.309</u>

**6.4 Recuperação de créditos anteriormente baixados**

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 13.471 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (2017 - R\$ 6.158), e foi registrada em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 22).

**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**6.5 Composição da carteira por nível de risco e situação de vencimento**

Nível de risco	Provisão	2018			2017		
		Vencidas	A vencer	Total	Vencidas	A vencer	Total
AA	0%						
A	0,5%		798.103	798.103		867.247	867.247
B	1%	1.989	542.629	544.617	3.277	287.891	291.167
C	3%	5.442	185.510	190.952	7.068	96.609	103.677
D	10%	8.138	27.922	36.060	3.530	63.213	66.743
E	30%	4.832	12.022	16.854	6.151	19.152	25.303
F	50%	1.465	16.601	18.066	11.307	40.841	52.148
G	70%	2.868	3.208	6.077	3.438	6.961	10.399
H	100%	45.576	31.109	76.685	24.655	18.677	43.332
		70.310	1.617.103	1.687.414	59.427	1.400.591	1.460.017
Provisão para perdas com operações de crédito		(50.763)	(63.036)	(113.799)	(35.159)	(66.151)	(101.309)
<b>Total</b>		<b>19.547</b>	<b>1.554.067</b>	<b>1.573.614</b>	<b>24.268</b>	<b>1.334.440</b>	<b>1.358.708</b>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 7 Créditos Cedidos

Refere-se a cessão de Cédulas de produtor rural financeira – CPRFs e Cédulas de crédito bancário – CCBs a uma securitizadora, que destinam-se a viabilizar a emissão de Certificado de recebíveis do agronegócio – CRA e Certificado de recebíveis imobiliários – CRIs, respectivamente, e proporcionar liquidez a Cooperativa. A Sicoob Cocred retém integralmente os riscos dessas operações, e, portanto, os saldos foram registrados no balanço patrimonial em contas de ativo e passivo.

<u>Modalidade</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operações Cedidas	10.317	23.728
Provisão para perdas com operações cedidas	(79)	(294)
	<u>10.238</u>	<u>23.434</u>

### 8 Outros Créditos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cédulas de Produto Rural Financeiro - CPRF (i)	6.920	7.623
Títulos e créditos a receber com característica de operações de crédito (ii)	22.093	21.481
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii)	135.295	117.574
Depósitos em garantia (Nota 19)	182.079	159.262
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 26.2)	-	107
Outros	4.797	1.479
Provisão para perdas (iv)	(26.352)	(15.020)
	<u>324.830</u>	<u>292.504</u>
Ativo circulante	<u>31.820</u>	<u>26.619</u>
Realizável a longo prazo	<u>293.010</u>	<u>265.886</u>

(i) Referem-se a CPRFs adquiridas pelo Sicoob Cocred junto aos seus associados, lastreadas em commodities agrícolas. Esses títulos são remunerados substancialmente, por juros pré-fixados, com vencimentos previsto substancialmente para os exercícios de 2018 (Nota 22).

(ii) Referem-se a renegociações de operações de crédito, as quais serão liquidadas mediante a entrega física de produtos, substancialmente açúcar total recuperável - ATR, em até dez anos. Esses produtos serão recebidos e comercializados pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCAN, que assume contratualmente a obrigação de repassar os valores recebidos pelas vendas ao Sicoob Cocred.

**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iii) Referem-se a títulos a receber pela venda de imóveis recebidos em renegociações de dívidas de operações de crédito, atualizados, substancialmente, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI com vencimento até 2030.
- (iv) Refere-se a provisão para perdas na realização das CPRFs e dos títulos de crédito a receber com característica de operações de crédito e devedores por compra de valores bens, constituída de acordo com os termos da Resolução CMN nº 2.682.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	16.026	16.538
(-) Créditos baixados para prejuízo	(1.537)	
Provisão constituída no semestre	11.862	
(-) Reversão da provisão		(1.518)
Saldo final	<u>26.352</u>	<u>15.020</u>

**9 Outros bens e valores a receber**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bens não de uso próprio (i)	82.149	107.388
(-) Provisão para perdas	(389)	(572)
Materiais de uso e consumo	168	129
Despesas antecipadas	6	5
	<u>81.934</u>	<u>106.950</u>
Ativo circulante	<u>173</u>	<u>134</u>
Realizável a longo prazo	<u>81.761</u>	<u>106.817</u>

(i) Os bens não de uso próprio referem-se a bens recebidos em pagamentos de operações de crédito renegociadas registrados pelo valor dessas operações e, quando aplicável, reduzidos de provisão para perda na realização, conforme laudos técnicos de avaliação desses bens a valor de mercado.

A partir de novembro de 2014, através da carta circular interna 311/2014 o Sicoob Confederação padronizou a contabilização de entrada de Bens, onde seu registro contábil passou a ser limitado ao valor da dívida registrada na Central de Risco, devendo ser realizada a diferença momento da alienação do bem.



**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**
**10 Investimentos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	44.146	42.763
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	31.073	27.136
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCAN	81	79
Outros	16	13
	<u>75.316</u>	<u>69.990</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2018, o Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 1.119 e R\$ 3.505, no Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente (2017 – R\$ 205, R\$ 3.319, no Sicoob São Paulo, e no BANCOOB respectivamente).

Adicionalmente, sobras foram distribuídas no montante de R\$ 892 e R\$ 3.505 pelo Sicoob São Paulo, e BANCOOB, respectivamente (2017 - R\$ 772 e R\$ 3.319 pelo Sicoob São Paulo, e BANCOOB respectivamente).

**11 Imobilizado**

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	<u>%</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	
				<u>Taxas anuais de depreciação</u>	
Móveis, utensílios e equipamentos	5.372	(2.715)	2.657	2.301	10
Sistemas de comunicação	65	(21)	44	30	10
Equipamentos de processamento de dados	6.187	(4.452)	1.735	1.360	20
Veículos	857	(477)	380	463	20
Sistemas de vigilância	1.350	(962)	388	374	20
Instalações	18.329	(10.841)	7.489	3.092	20
Imobilização em Curso (i)	1.317		1.317	2.872	
	<u>33.479</u>	<u>(19.469)</u>	<u>14.010</u>	<u>10.492</u>	

(i) Refere-se a projeto de expansão ou melhoria de P.A.s em andamento.

**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12 Intangível**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>%</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>		
			<u>Líquido</u>		
			<u>Taxas anuais de amortização</u>		
Softwares	5.562	(4.299)	1.263	1.750	10

**13 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos à vista	244.424	188.644
Depósitos sob aviso e à prazo	1.103.654	867.499
	<u>1.348.078</u>	<u>1.056.143</u>

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Este fundo tem como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN 4.150/2012. O Estatuto e o regulamento do FGCoop foram aprovados pela resolução 4.284/2013 e sua contribuição mensal, calculada com base na carteira de depósitos é classificada como dispêndios de operações de captação no mercado.

**14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias**

<u>Modalidade</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LCA - Juros fixos	545	4.315
LCA - Juros variáveis	423.559	376.641
	<u>424.104</u>	<u>380.955</u>

**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As Letras de Crédito do Agronegócio ("LCA") são títulos emitidos pelo Sicoob Cocred, com garantia em direitos creditórios do agronegócio mantidos em carteira e tem exigibilidade imediata. Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 13).

**15 Obrigações por empréstimos e repasses**

<b>Modalidade</b>	<b>Encargos financeiros incidentes</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Securitização Agrícola	Juros anuais de 3 %	3.644	3.961
	Juros anuais de 5,50 %	9	14
	Juros anuais de 6,50 %	3.268	2.721
	Juros anuais de 6,75 %	483	724
	Juros anuais de 7,00 %	90.301	
	Juros anuais de 7,50 %	55.598	
	Juros anuais de 7,75 %		10.773
	Juros anuais de 8,00 %	41.565	
	Juros anuais de 8,25 %	2.049	
	Juros anuais de 8,50 %	161.527	
	Juros anuais de 8,75 %		355.360
	Juros anuais de 9,00 %	36.715	
	Juros anuais de 9,25 %	29.050	
	Juros anuais de 9,50 %	127.248	238.297
	Juros anuais de 10,00 %	593	411
	Juros anuais de 10,75 %	2.267	2.783
	Juros anuais de 11,25 %		4.292
	Juros anuais de 11,30 %	372	
	Juros anuais de 11,50 %	125	112
	Juros anuais de 12,00 %	745	674
Juros anuais de 12,35 %	2.242	3.512	
Juros anuais de 12,75 %	21.253	83.574	
Juros anuais de 13,95 %		7.595	
Juros anuais de 14,00 %	172	468	
Juros anuais de 14,30 %	5.432	11.611	
Juros anuais de 14,60 %	26	1.010	
Juros anuais de TR + 9,5%		38.087	
		<b>584.687</b>	<b>765.980</b>
Passivo circulante		<b>412.880</b>	<b>560.518</b>
Exigível a longo prazo		<b>171.806</b>	<b>205.461</b>

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2.018		179.986
2.019	56.630	20.646
2.020	99.858	
2.021	1.926	829
2.022	1.188	39
2.023	8.560	
2.025	3.020	3.350
2.026	625	611
	<u>171.806</u>	<u>205.461</u>

As obrigações por empréstimos e repasses são garantidas por penhor, cédulas rurais e avais dos diretores.

**15.1 Obrigações por repasses interfinanceiros**

Em 18 de setembro de 2015, através da CCI nº 311 o Sicoob Confederação modificou a rubrica contábil de registro das operações de repasses captados junto ao Banco Cooperativo do Brasil S.A. BANCOOB, passando a ser utilizada a nomenclatura "Obrigações por repasses interfinanceiros".

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros incidentes</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Agrícola	Juros anuais de 5,5% a 14,60 %	581.042	676.563

Os montantes possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2.017		272.020
2.018	337.836	383.028
2.019	131.674	20.646
2.020	99.858	
2.021	1.926	829
2.022	1.188	39
2.023	8.560	
	<u>581.042</u>	<u>676.563</u>

**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**
**16 Obrigações sociais e estatutárias**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	10.075	5.973
Cotas de capital a pagar	<u>5.761</u>	<u>5.780</u>
	15.836	11.753
Passivo circulante	<u>14.112</u>	<u>9.990</u>
Exigível a longo prazo - Cotas de capital a pagar	<u>1.725</u>	<u>1.764</u>

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa e é constituído por 5% das sobras líquidas do exercício e pelo resultado líquido, deduzidos os tributos, de operações com não associados (Nota 20.2).

**17 Obrigações fiscais e previdenciárias**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	59	80
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	64	98
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	556	1.222
Contribuição Previdenciária - INSS	697	559
Programa de Integração Social - PIS	30	26
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	63	60
Imposto sobre Serviços - ISS	40	50
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	136	113
Outros	<u>2</u>	<u>3</u>
	<u>1.649</u>	<u>2.212</u>

**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**18 Outras obrigações**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cheques administrativos	6.261	4.164
Despesas com pessoal a pagar	5.479	4.372
Cheques descontados	245	636
Fornecedores de bens e serviços	1.807	1.685
Procapcred (i)	6.552	13.218
Instrumentos financeiros e derivativos		
Outras	7.789	9.983
	<u>28.133</u>	<u>34.057</u>
Passivo circulante	<u>28.109</u>	<u>34.033</u>
Exigível a longo prazo	<u>24</u>	<u>24</u>

(i) Refere-se a obrigação assumida pelo Sicoob Cocred, até março de 2014, decorrente das operações de PROCAPCRED - Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, nos termos da Resolução CMN nº 3.346. O PROCAPCRED é uma linha de crédito especial para aquisição de cotas de capital utilizando recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O programa é um incentivo do Governo Federal, que tem por objetivo promover o fortalecimento do sistema de crédito cooperativo no País por meio da concessão de financiamentos diretamente aos cooperados por intermédio de instituições financeiras credenciadas (Nota 23).

**19 Provisões para contingências**

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tributárias (substancialmente, IRRF (i))	181.453	158.657
Trabalhistas / Cíveis	333	
Garantias Prestadas	1.897	1.481
	<u>183.683</u>	<u>160.138</u>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(i) O Sicoob Cocred questiona judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com a Cooperativa. Conseqüentemente, vem registrando as correspondentes obrigações, que em 30 de junho de 2018 correspondem a R\$ 170.624, bem como efetuou depósitos judiciais, relacionados a esse assunto, no mesmo montante (2017 - R\$ 148.538).

**(a) Processos classificados como possível perda**

O Sicoob Cocred não possui processos em andamento classificados como de possível perda.

**(b) Discussão dos autos de infração do Pis e Cofins**

Em 21 de setembro de 2015 a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF, da Receita Federal do Brasil, sobre os processos 16327.000482/2005-78 e 16327.000316/2004-91, que tiveram origem nos Autos de Infração sobre PIS dos anos de 2000 a 2003 e COFINS do ano de 1999, sobre rendimentos de aplicações financeiras que o Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no período, com a decisão de que há a incidência dos referidos impostos por se tratarem de atos não cooperativos. Tratando-se de decisão irrecurável no âmbito administrativo, o Sicoob Cocred, em 18 de dezembro de 2015, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatório de Débitos Tributários, efetuando os depósitos judiciais dos valores de R\$ 1.132 e R\$ 1.288 Pis e Cofins respectivamente e, com isso, os créditos tributários tiveram sua exigibilidade suspensa. Em 07 fevereiro de 2017, a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF sobre o processo 16327.000483/2005-12 que teve origem nos Autos de Infração sobre COFINS dos anos de 2000 a 2003 sobre rendimentos de aplicações financeiras que o Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no período. Tratando-se de decisão irrecurável no âmbito administrativo, a Sicoob Cocred com base na opinião dos seus assessores jurídicos ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatório de Débitos Tributários e completou seus depósitos judiciais no montante de R\$ 6.621. Em 30 de junho de 2018 os valores montam R\$ 1.436, R\$ 1.634, e R\$ 7.397 respectivamente ( 2017 R\$ 1.355, R\$ 1.542, e 6.924 respectivamente).

## **20 Patrimônio líquido**

### **20.1 Capital social**

(i) O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

### **20.2 Destinações estatutárias e legais**

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- 25% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-associados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os associados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

### 20.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2017 e de 2016 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 18 de abril de 2018 e 22 de março de 2017, respectivamente.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2018, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 18.876, para Capital social, no montante de R\$ 5.701, e o saldo remanescente, no montante de R\$ 10.345, foi distribuído aos associados.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 22 de março de 2017, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 7.048, para Capital social, no montante de R\$ 9.242, para o Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES, no montante de R\$ 1.500 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 13.831, foi distribuído aos associados.

### 20.4 Realização da Reserva legal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010, foi aprovado que os recursos destinados a Reserva Legal serão utilizados para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços do Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional do Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 62 do Estatuto Social do Sicoob Cocred.



**Notas explicativas em 30 de junho de 2018**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**
**21 Outros dispêndios administrativos**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços do sistema financeiro	(2.248)	(2.150)
Despesas de comunicação	(1.103)	(1.057)
Aluguéis	(1.857)	(1.245)
Serviços diversos contratados	(4.588)	(4.272)
Vigilância e segurança	(1.737)	(1.570)
Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	(1.343)	(1.829)
Depreciação e amortização	(1.979)	(1.857)
Manutenção e conservação de bens	(824)	(715)
Despesas de transporte	(959)	(757)
Rateio de Despesas Sicoob Confederação	(1.343)	(1.373)
Outros	(3.315)	(2.659)
	<u>(21.297)</u>	<u>(19.485)</u>

**22 Outros ingressos operacionais**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 5 e 25.2)	756	1.153
Atualização de CPRF (Nota 8)	485	512
Recuperação de créditos baixados (Nota 6.4)	13.471	6.158
Atualização de títulos e créditos a valor de mercado (Nota 8)	500	870
Distribuição de sobras e dividendos de investimentos (Nota 10)	4.398	4.093
Ganhos na venda de bens não de uso próprio (Nota 8)	895	1.054
Juros sobre venda de bens não de uso próprio (Nota 8)	4.804	6.518
Outros	4.676	4.314
	<u>29.984</u>	<u>24.671</u>

**23 Outros dispêndios operacionais**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Descontos concedidos	(3.735)	(2.765)
Recursos Procapcred (i)	(5.177)	(6.468)
Estorno de juros sobre venda de bens não de uso próprio	(645)	(419)
Cofins Judicial (Nota 19)		(6.621)
Outros (inclui descontos concedidos na negociação de CPRFs)	(1.874)	(5.373)
	<u>(11.432)</u>	<u>(21.646)</u>

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se a gastos incorridos pelo Sicoob Cocred sobre a assunção da dívida do PROCAPCRED de seus associados limitado ao spread médio de sua carteira de crédito (Nota 18)

### 24 Partes relacionadas

#### 24.1 Pessoal chave da administração

##### 24.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no semestre findo em 30 de junho de 2018, montaram a R\$ 1.510 (2017 - R\$ 1.506).

##### 24.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>(a) Principais saldos</b>		
<b>Ativo</b>		
Operações de crédito - circulante	9.199	17.140
Outros créditos - circulante		1.169
Operações de crédito - não circulante	36.753	6.171
Outros créditos - circulante		9.271
<b>Passivo</b>		
Depósitos a vista e a prazo	21.105	28.445
LCA	4.231	21.951
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	16.613	3.971
<b>(b) Principais operações</b>		
Ingresso com operações de crédito	2.284	1.021
Ingresso com outros créditos		610
Dispêndio com captação	364	2.822

As operações de crédito, as LCAs e os depósitos à vista e sob aviso são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais associados.

As variações dos saldos refere-se substancialmente a alteração da composição da diretoria e conselho.

### 25 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

### 25.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

#### 25.2.1 Principais Saldos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo circulante</b>		
Relações interfinanceiras (Nota 5)	20.386	25.863
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	584.612	428.820
<b>Ativo permanente</b>		
Investimentos (Nota 10)	44.146	42.763

#### 25.2.2 Principais Operações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ingressos de títulos e valores mobiliários (Nota 4)	14.340	25.301
Ingresso de depósitos intercooperativos (Nota 22)	756	1.153

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

## 26 Instrumentos financeiros

### 26.1 Identificação e valorização dos Instrumentos financeiros

O Sicoob Cocred opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, LCAs, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 26.2 Derivativos

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o Sicoob Cocred realizou operações no mercado futuro, com o propósito de se proteger contra o risco de flutuações nos preços das commodities negociadas nas operações com Cédulas de Produto Rural Financeira – CPRF (Nota 8). Essas operações resultaram em perdas no montante R\$ 564, registradas como Resultado com instrumentos financeiros, no resultado do semestre (2016 – ganhos no montante R\$ 240), os quais não devem ser avaliados isoladamente, mas sim, contrabalanceados com os resultados das operações com CPRF (Nota 22 e 23). Adicionalmente, em 30 de junho de 2018 o Sicoob Cocred possui instrumentos financeiros derivativos em linha com estratégias financeiras aprovadas em política de investimentos da Cooperativa (Opções).

### 27 Gerenciamento de riscos

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gestão do Risco operacional, Risco de mercado e Risco de Crédito do Sicoob, centralizada no SICOOB Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

#### 27.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

#### 27.2 Riscos de mercado e liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Cocred objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8º da Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob,

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o Sicoob Cocred possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Sicoob Cocred.

### 27.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Cocred objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Cocred possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### 27.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Cocred objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

## Notas explicativas em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

### 28 Garantias

Em 30 de junho de 2018, o Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados associados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 96.670 (2017 - R\$ 104.149), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

### 29 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade do Sicoob Cocred.

Sertãozinho/SP, 30 de junho de 2018.

ADEMIR JOSÉ CAROTA  
Contador - CRC 1SP 259963/O-8  
CPF. 303.381.738-62

GIOVANNI BARTOLETTI ROSSANEZ  
Pres. do Conselho de Administração  
CPF. 183.207.628-80

ANTONIO CLÁUDIO RODRIGUES  
Diretor Administrativo e Financeiro  
CPF. 048.589.888-80